



EXMO. SR. DR. JUIZ DESEMBARGADOR RELATOR JOSÉ RICARDO PORTO DA PRIMEIRA CAMARA CIVEL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DA PARAIBA

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0801248-80.2020.8.15.0031

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **JOSE CARLOS VITORINO FERREIRA**, opor

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Ante os fundamentos a seguir:

**DA SÍNTESE DOS FATOS E DA CONTRADICAÇÃO**

Constou no relatório do v. acórdão o seguinte:

*“...No que concerne à prescrição, a Seguradora Apelante alegou que a pretensão dos Autores estaria fulminada pela prescrição, porquanto o prazo prescricional de três anos aplicável ao caso (art. 206, § 3º, IX, do CC/2002 – 03 anos) já teria decorrido entre a data do acidente (29/11/2015) e o ajuizamento da demanda (28/04/2020). A resolução do caso passa pela aplicação da Súmula nº 229 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual “O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão”.*

*No caso dos autos, o requerimento administrativo formalizado perante a seguradora em 16/05/2016 (ID 9894463 - pág. 01) suspendeu o prazo prescricional trienal, que havia começado a correr na data do sinistro, ou seja, em 29/11/2015. Contudo, infere-se dos autos que, **embora a resposta da Seguradora tenha sido emitida em 11/08/2017 (ID 9894462), não existe comprovação nos autos acerca da data em que a comunicação tenha sido efetivamente recebida pelo Segurado** - como, por exemplo, através de Carta com Aviso de Recebimento -, data esta a partir da qual o prazo prescricional voltaria a correr pelo tempo que restava...”*

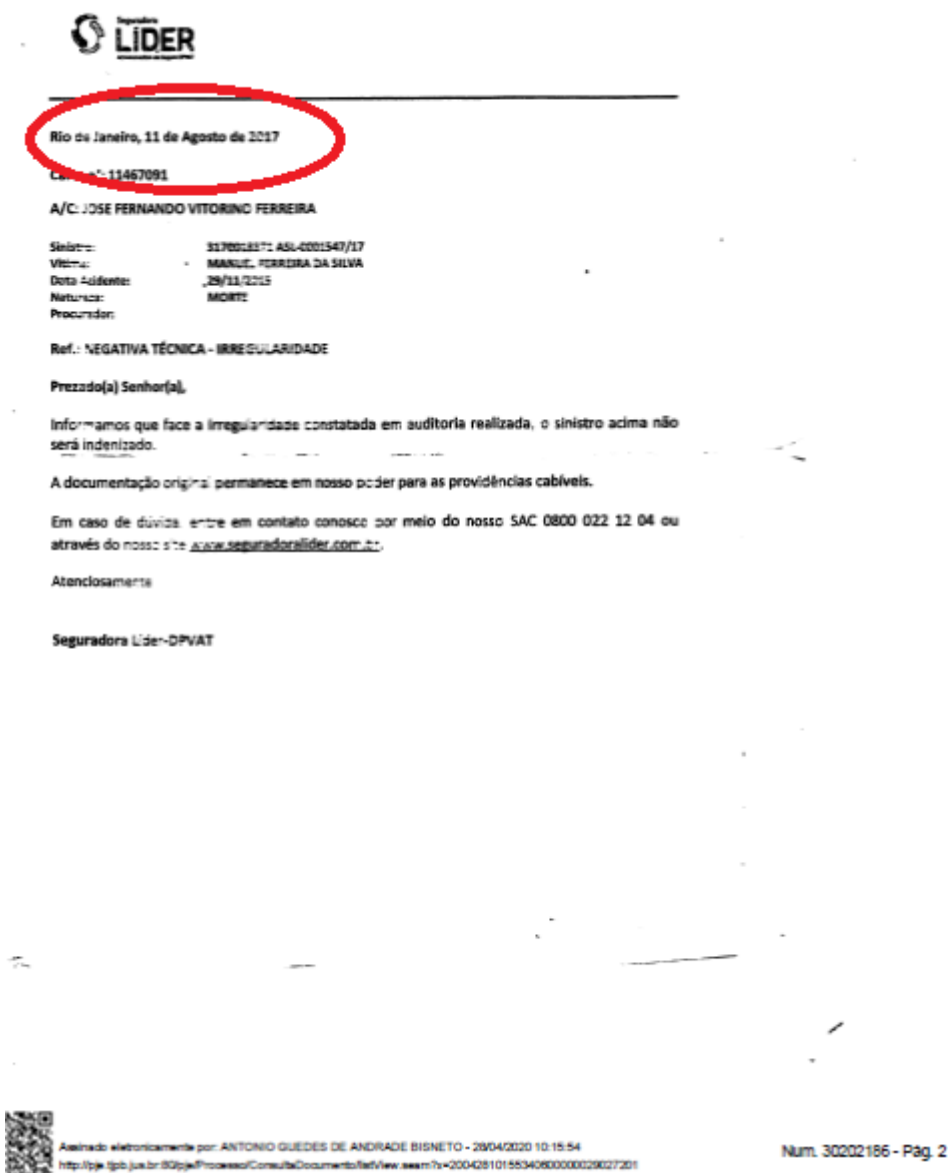
Com a mais a respeitosa vênua, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão CONTRADITÓRIA em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decum.

Frisa-se que na d. sentença exarada, verifica-se grave CONTRADICAO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito a Embargante, vem, informar que houve CONTRADICAO quanto a ausência de comprovação da data de recebimento da carta negativa pelo embargado.

Conforme se verifica no **ID 30202186** o **PROPRIO EMBARGADO JUNTA AOS AUTOS A CARTA NEGATIVA** com a data de **11/08/2017 E EM NENHUM MOMENTO IMPUGNA A DATA DE RECEBIMENTO DA MESMA**. Vejamos:

30202186	28/04/2020 10:16	<a href="#">[12] CARTAS NEGADA</a>	Documento de Comprovação
----------	------------------	------------------------------------	--------------------------



Assim entende a embargante que não há que se falar em ausência de comprovação de recebimento da carta uma vez que o PROPRIO embargado junta aos autos a referida carta datada de 11/08/2017.

Neste ponto, requer seja verificada a contradição informada.

**CONCLUSÃO**

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto contraditória, qual seja a data do recebimento da carta negativa pelo embargado, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ALAGOA GRANDE, 16 de julho de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**